

Verbas acalmam 4 ministros 'gastadores'

Luiz Roberto Marinho

BRASÍLIA — O secretário-executivo do Ministério da Economia, Luiz Antônio Gonçalves, detalhou ontem para quatro ministros *gastadores* o cronograma de liberação de recursos orçamentários no bimestre maio/junho e conseguiu o que queria o secretário de Governo, Jorge Bornhausen, que patrocinou o encontro em seu gabinete, no Palácio do Planalto: desanuviar um eventual clima de queixas e lamentações por escassez de verbas na grande reunião ministerial que o presidente Fernando Collor comandará sexta-feira, sábado e domingo, para amplo balanço das atividades do governo.

Ministros e secretários nacionais falarão e seus técnicos darão detalhes na reunião. No sábado, será a vez de ministérios e secretarias da área econômica. No domingo, as ações na área social estarão na berlinda.

Bornhausen juntou ontem de manhã Luiz Antônio Gonçalves, guardião do cofre do Tesouro, com os quatro ministros — Ricardo Fiúza, da Ação Social, Calmon de Sá, da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Affonso Camargo, dos Transportes e Comunicações, e Antônio Cabrera, da Agricultura — para lhes



Gonçalves: tranqüilizador

pedir que, a partir da garantia de liberação de verbas, atenuassem as queixas veladas contra a penúria de recursos do Executivo, que desencanta os novos ocupantes da Esplanada dos Ministérios.

O volume de verbas a ser autorizado não é elevado, mas o anúncio de que começa a melhorar a arrecadação do governo deixou os quatro minis-



Calmon: penúria completa

tros aliviados, conforme relato de um deles a um assessor. Eles ficaram particularmente satisfeitos com a decisão, tomada na reunião com Bornhausen, de que cada um terá liberdade de aplicar as verbas conforme suas prioridades.

Ao ministro dos Transportes, por exemplo, Gonçalves garantiu, segundo o secretário de Imprensa da Presi-

dência, Pedro Luis Rodrigues, a liberação dos recursos arrecadados pela cobrança do imposto de importação nas compras externas de petróleo. O imposto foi estendido às importações do petróleo no ano passado, para ser aplicado emergencialmente na conservação de rodovias, enquanto o Congresso não aprova o projeto de emenda constitucional ressuscitando a Taxa de Conservação Rodoviária, derrubada pelo Supremo. O Tesouro sempre retardou este repasse ao DNER, o que causava atritos entre o ex-ministro João Santana e Marcílio Marques Moreira.

O ministro-chefe da Secretaria de Desenvolvimento Regional, por sua vez, debate-se com a falta de recursos para as mais comezinhas despesas de custeio, como vale-transporte de funcionários e diárias e gastos com gasolina dos 96 fiscais do extinto Instituto do Açúcar e do Alcool, que estão ficando em casa, em vez de realizar trabalho de campo.

Bornhausen temia que a grande reunião ministerial deste fim de semana acabasse se transformando num rosário de justificativas de falta de realizações por escassez de verbas, e está convencido de que, com as garantias anunciadas ontem por Gonçalves, tal clima estará amenizado.

Seminário definirá prioridades

A disposição do governo de começar a liberar recursos, no momento em que falta dinheiro até para as despesas de custeio, deve ser recebida com cautela pelos políticos. "Isso não quer dizer que o governo vai abrir o cofre", advertiu ontem o líder do bloco governista no Senado, Marco Maciel (PFL-PE). Segundo ele, o governo tenta compatibilizar a política de redução do déficit público, de combate à inflação e do cumprimento dos acordos externos com uma política anti-recessiva.

"Uma coisa é abrir o cofre, outra é dar racionalidade à execução do orçamento", salientou o líder. Ele reconhece que o governo fez cortes radicais no orçamento, mas argumenta que, a partir de agora, poderá haver uma seleção de projetos. O primeiro passo para esta seleção seria o seminário do próximo fim de semana.

Marco Maciel garante que esta reunião será muito importante para que a nova equipe do governo comece a mostrar resultados e apresente seus projetos prioritários. No primeiro dia, falarão o presidente Fernando Collor, o ministro Jorge Bornhausen,

o ministro da Justiça, Célio Borja, e os líderes governistas na Câmara e no Senado. A idéia é manter no programa duas falas presidenciais, em que Collor avaliará as propostas apresentadas, sempre no final da manhã e no encerramento dos trabalhos, no início da noite.

O segundo dia do seminário, o sábado será o dia forte dos debates, em torno da política econômica do governo. Participarão o ministro Marcílio Marques Moreira, o secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, o presidente do Banco Central, Francisco Gros, o diretor do Departamento de Orçamento da União, Pedro Parente, os presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, Lafaiete Coutinho e Álvaro Mendonça, o presidente do BNDES, Eduardo Modiano, e o presidente da comissão encarregada da reforma fiscal e tributária, Ary Oswaldo Mattos Filho. "Neste dia — diz Maciel — os temas serão a política econômica, a inflação, o déficit público, a renegociação da dívida e a retomada do crescimento."